

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Foi publicado recentemente o aviso nº Norte – D4-2020-79, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte – NORTE 2020 – Candidaturas à “ Escola Digital- Reforço da rede de equipamentos tecnológicos e da conetividade – Refinanciamento dos Municípios.

No anexo V – Deliberação nº 20/20202 da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria – CIC Portugal 2020S pode ler-se:

“Com vista a assegurar uma maior celeridade na execução do Plano de Ação para a Transição Digital, que prevê a universalização do acesso e utilização de recursos digitais por todos os alunos e docentes do ensino público básico e secundário, em resposta à necessidade de digitalização dos processos educativos provocada pelo surgimento da crise de saúde pública COVID-19, e para que as ações deste Plano a financiar pelo Fundo Social Europeu possam beneficiar de flexibilidade conferida pelas alterações dos Regulamentos Comunitários motivados pela referida pandemia, importa estabelecer regras de financiamento específicas que permitam aliar a rápida resposta às necessidades de alunos e docentes com a correspondente apresentação de despesa junto da Comissão Europeia”.

No aviso de abertura consta que “as despesas a imputar às operações dizem respeito aos encargos com a aquisição e disponibilização às escolas de suporte à digitalização da educação, nomeadamente computadores e respetiva conetividade,..., devendo esses encargos respeitar os requisitos técnicos em anexo ao presente aviso”.

Sra Ministra,

Como é demais sabido e reconhecido, foram os autarcas do país que, em tempo de pandemia, e para que nenhum aluno/a ficasse para trás, que recorreram ao mercado para adquirir os computadores, os tablets, os equipamentos de conetividade necessários, e que levaram a casa dos mesmos refeições e fichas de trabalho.

Foram as autarquias do país, no país profundo, que reorganizaram os transportes escolares

pagando, por vezes, a “peso de ouro” os mesmos para que os alunos do ensino secundário regressassem ao ensino presencial. Sim, porque na maioria dos municípios não existe uma rede de transportes públicos.

Não esqueceram qualquer aluno/a do 1º Ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário. Foi graças a estes homens e mulheres, que tudo fazem pelo seu território e principalmente pelos seus munícipes, é que o ensino/aprendizagem foi possível em época de confinamento e até final do ano letivo 2019/2020.

Foi graças aos professores que se reinventaram, que rapidamente colocaram os seus equipamentos ao serviço de um novo sistema de ensino, o ensino à distância, e de imediato se adaptaram ao mesmo.

A Sra Ministra da Coesão Territorial reuniu com todos os autarcas nas diversas CIM's e áreas metropolitanas e criou expectativas, legítimas, aos autarcas ao informá-los que estes iriam ser ressarcidos do investimento feito nos equipamentos informáticos e de conectividade.

A Sra Ministra tem conhecimento que os autarcas foram ao mercado e adquiriram o que havia, tendo em muitos casos sido esgotados os supra referidos equipamentos, havendo a necessidade de recorrer a outro mercado. Adquiriram os equipamentos de forma ágil e segura, não sendo possível comprar todos os equipamentos com as mesmas características técnicas.

Neste momento a frustração é o sentimento que comum aos autarcas. Ao lerem o referido aviso de abertura – de Refinanciamento dos Municípios – verificam que não se podem candidatar pois não conseguem compatibilizar o investimento feito nos equipamentos informáticos e de conectividade com as características técnicas exigidas no aviso de abertura. Mais uma vez os autarcas são esquecidos e abandonados.

Assim, face ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm, através de Vossa Excelência, requerer à Senhora Ministra da Coesão Territorial resposta às seguintes questões:

- 1 – Tem a Sra. Ministra conhecimento desta realidade?
- 2 – As CIM's têm solicitado às CCDR's esclarecimentos sobre as despesas já realizadas e sua elegibilidade de acordo com o Aviso referido, sem que obtenham resposta? A Sra. Ministra está ao corrente deste facto?
- 3 - Porque não foram tidas em conta as informações fornecidas pelos autarcas, no que às características técnicas dos equipamentos informáticos e de conectividade, adquiridos para os alunos, diz respeito?
- 4 – Como e quando vai a Sra. Ministra resolver esta questão real e que penaliza fortemente os orçamentos municipais?

Palácio de São Bento, 22 de outubro de 2020

Deputado(a)s

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

Deputado(a)s

CARLOS PEIXOTO(PSD)

ISAURA MORAIS(PSD)

JOSÉ CANCELA MOURA(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

CARLA BORGES(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

FERNANDO RUAS(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

ALBERTO FONSECA(PSD)

ALBERTO MACHADO(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

LINA LOPES(PSD)

OFÉLIA RAMOS(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)